

DA COLÔNIA À PRIMEIRA REPÚBLICA: UM BALANÇO DAS IDÉIAS PEDAGÓGICAS NO BRASIL¹

SILZA MARIA PAZELLO VALENTE²

VALENTE, S.M.P. Da colônia à primeira república: um balanço das idéias pedagógicas no Brasil. *Semina: Ci. Soc./Hum.*, Londrina, v. 13, n. 3, p. 195-207, set. 1992.

RESUMO: A análise das idéias pedagógicas, desde a Colônia até à Primeira República, evidencia que política e economia se articularam no sentido de direcionar a educação. Evidencia, também, que, no universo pedagógico, surgiram propostas apontando caminhos que visavam livrar a educação formal da opressão. A pesquisa desenvolvida demonstrou que existiam dois projetos educacionais antagônicos na vigência da Primeira República. Um oficial, influenciado pelas idéias pedagógicas dos jesuítas, e outro proposto pelos socialistas – anarquistas e comunistas –, que pretendia responder às exigências de um momento histórico no qual as relações de trabalho passavam por uma profunda transformação. Ambos foram superados por um terceiro projeto – o da Escola Nova – que invadiu o espaço pedagógico com um ideário importado da Europa e dos Estados Unidos, e possibilitou que uma classe que se via ameaçada – burguesia – se recompusesse e continuasse a exercer a hegemonia.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Idéias pedagógicas; Colônia; Primeira República; Anarquistas; Comunistas

1 - INTRODUÇÃO

Julgamos não ser possível compreender o fenômeno educativo sem apreender suas raízes históricas, sem encará-lo de maneira relacionada com os outros elementos que compõem o universo no qual está contextualizado. Daí porque nos detivemos primeiramente em pesquisar e compreender o sistema sócio-econômico-político para, só então, analisarmos o educacional.

Sendo assim, o trabalho foi desenvolvido em três momentos:

- 1º) Histórico: do Feudalismo ao Capitalismo
- 2º) O Capitalismo no Brasil
- 3º) Da Colônia à Primeira República: balanço das idéias pedagógicas

Procuramos retirar o véu que encobria o ideário pedagógico do Movimento Operário na Primeira República, assim como desvendar os reais propósitos do projeto pedagógico oficial.

Esperamos que aquilo que foi trazido às claras possa, de alguma maneira, contribuir para a compreensão do nosso cotidiano educacional.

2 - HISTÓRICO: DO FEUDALISMO AO CAPITALISMO

A história da humanidade demonstra que o poder muda de mãos, que classes³ originariamente negligenciadas, vão se fortalecendo e acabam por assumir o controle econômico e político da sociedade.

A ascensão e o fortalecimento de uma determinada classe dependem não só da capacidade de organização da classe em si, mas também da concepção de mundo e de homem que imprimem a característica da época.

Assim é que, à medida em que a terra não mais foi concebida como estática e centro do universo, como durante as Idades Antiga e Média, também o conceito de movimento foi introduzido, na sociedade, e possibilitou a aceitação de mobilidade social, de ascensão. O poder não era mais um direito divino, mas objeto de conquista humana. A figura do rei não era mais inquestionável, tudo era passível de mudança, desde os mais simples hábitos até as diretrizes fundamentais da sociedade.

Com a evolução da ciência, o controle exercido pela Igreja decresceu e foi aberto um espaço onde idéias vi-

1 - Trabalho realizado para a Disciplina História das Idéias Pedagógicas no Brasil, ministrada pelo Prof. Dr. Dermeval Saviani - Mestrado em Educação - UNICAMP.

2 - Profa. do Departamento de Educação - CECA/Universidade Estadual de Londrina, Caixa Postal 6001, Londrina, Paraná, Brasil, CEP 86051-970

3 - Utilizo o termo classes baseando-me em MARX & ENGELS (1968, p. 68) que, no Manifesto Comunista afirmam: "a história de toda sociedade até hoje é a história de lutas de classes", mas com um certo constrangimento por considerar, a exemplo de THOMPSON (1979), que a categoria classe só é adequada para as sociedades industrializadas. Nas sociedades pré-industriais as pessoas se consideravam em termos de estados, hierarquias, ordens, etc.

cejaram e toda a estrutura que sustentava um mundo estático, foi sacudido com um ímpeto arrebatador.

O resultado dessa força incontrolável foi a derrocada do feudalismo e a implantação do capitalismo.

É evidente que as condições que possibilitaram o capitalismo não surgiram da noite para o dia.

Foi toda uma mudança dos modos de produção e das relações sociais que forneceu as condições para que a economia se transformasse em um outro sistema.

LEO HUBERMAN (1985), descreve brilhantemente a passagem do Feudalismo ao Capitalismo demonstrando como se processavam as relações econômicas durante a Idade Média: como os servos e camponeses eram explorados pelos senhores feudais em troca de proteção; como as cruzadas, que pretendiam ter cunho religioso, no fundo se constituíam em interesses comerciais para o enriquecimento dos reis, da burguesia e da Igreja; como o aumento do comércio possibilitou o crescimento das cidades e, enfim, como o crescimento das cidades forçou a mudança das relações sociais até então vigentes.

Segundo o autor,

"nos primórdios do feudalismo, a terra, sozinha, constituía a medida da riqueza do homem. Com a expansão do comércio surgiu um novo tipo de riqueza – a riqueza em dinheiro... no início da era feudal, os sacerdotes e guerreiros, proprietários de terras, se achavam num dos extremos da escala social, vivendo dos trabalhos dos servos, que se encontravam no outro extremo. Agora, um novo grupo surgia – a classe média, vivendo de uma forma nova, da compra e venda. No período feudal, a posse da terra, a única fonte de riqueza, implicava o poder de governar para o clero e a nobreza. Agora, a posse do dinheiro, uma nova fonte de riqueza, trouxe consigo a partilha no governo, para a nascente classe média". (HUBERMAN, 1985, p. 44)

Quanto à classe trabalhadora, devia somente servir ao parasitismo da nobreza e do clero, pagando os impostos, produzindo os grãos, defendendo os domínios em caso de guerra e vivendo na mais deprimente miséria.

No feudalismo, a economia era de consumo, cada aldeamento produzia praticamente o necessário para sua subsistência; quando havia necessidade de intercâmbio, este era feito através da troca de mercadorias. Quase não havia produção de excedentes, o comércio era local devido ao péssimo estado das estradas, o dinheiro era escasso e a moeda não era padronizada.

No século XI, esse panorama principiava a mudar: as cruzadas passaram a trazer novas e interessantes mercadorias que incrementaram o comércio, através do interesse despertado para a aquisição dos produtos até então inexistentes no mercado. Além disso, houve uma mudança nas exigências dos consumidores o que propi-

ciou o surgimento dos artesãos que passaram a viver nos burgos (cidades fortificadas) e a se dedicar à manufatura dos produtos exigidos pelos consumidores.

O movimento das feiras aumentou, a produção que antes tinha apenas o valor de uso transformou-se em mercadoria e passou a ter também o valor de troca⁴ e, para facilitar a troca, intensificou-se o uso do dinheiro. A economia que, no início da Idade Média, era auto-suficiente e baseada na permuta de mercadorias transformou-se em uma economia baseada na moeda, refletindo a expansão do comércio.

O aumento da população dos burgos, o surgimento dos artesãos e sua união em corporações, o enriquecimento de uma parcela da população, devido ao comércio, fez com que reivindicações surgissem, alterando as características de vida da época. A liberdade de ir e vir e de compra e venda, a diminuição das barreiras alfandegárias, a possibilidade do empréstimo de dinheiro a juros (que antes era terminantemente proibido pela Igreja), são alguns dos elementos que precisaram ser alterados para atender a nova realidade social.

Surge, neste momento histórico, a separação do trabalho entre cidade e campo e, pela necessidade de maior produção agrícola, a cobiça pelas terras inexploradas.

Como resultado da pressão das novas necessidades geradas pela circulação da moeda, a terra, que antes era privilégio de nobres e clérigos, passou a ser comprada, vendida e trocada livremente.

O camponês entrevia a possibilidade de ascensão e passava a se interessar por novas formas de trabalho; ele que, antes, era fadado a nascer e morrer na mesma situação.

Uma tempestade de idéias varria a Europa e mudava a face do Velho Continente. Até à Idade Média não havia nações, mas cidades; com o fortalecimento da classe média, essa estrutura geo-política mudou. Interessava aos novos-ricos, aos cidadãos, enfraquecer o poder dos senhores feudais e, para isto, fortaleceram economicamente o rei que, até então, era uma figura frágil.

Essa modificação processou-se lentamente, mas, no decorrer do século XV, começaram a surgir as nações e as regulamentações, que eram locais, passaram a ser regionais.

Na medida em que os burgueses fortaleciam os reis, esses os favoreciam através de leis que desprestigiavam os senhores feudais.

Essa foi a época da Revolução Comercial (do séc. XIII em diante), em que Portugal, Espanha, Holanda, Inglaterra e França se lançaram aos mares procurando ansiosamente novas fontes de produtos e novos mercados.

Era o deus Lucro a orientar as ações mercantilistas.

A par com o Capitalismo Comercial, surgiu o Capitalismo Financeiro que teve como causas os progressos

4 - Para MARX (1980), o valor de troca das mercadorias está baseado na força de trabalho do homem e se mede pelo tempo médio de força de trabalho que leva à produção de mercadorias. As trocas são realizadas por meio de uma outra mercadoria de valor equivalente. Nas sociedades modernas, o dinheiro intermedia a troca.

do crédito público, o câmbio (devido à diversidade das moedas), o desenvolvimento dos bancos e, conseqüentemente, o afluxo de mercadorias e de metais preciosos advindos das conquistas marítimas.

Através das atividades no comércio e das especulações financeiras, a burguesia enriqueceu.

Os burgueses tinham o poder econômico, o Capital⁵, mas não tinham o poder político.

Os reis, financiados pelos burgueses, se fortaleciam e exploravam a população a fim de cobrirem as mais escabrosas despesas. O Estado sugava incansavelmente todos os recursos disponíveis.

A burguesia financiava os desmandos, mas não se via reconhecida como co-partícipe do poder ou das regalias. Essa situação tornou-se irritante e humilhante; na França, principalmente, a situação tornou-se politicamente insustentável.

O povo – Terceiro Estado – que constituía 95% de uma população de 26 milhões de habitantes (sendo que 22 milhões eram camponeses) revoltou-se sob a liderança da burguesia, tomou o poder e instituiu uma nova ordem sócio-político-econômica baseada nos princípios do Liberalismo Clássico, cuja expressão maior é o capitalismo.

São esses os princípios do Liberalismo Clássico: liberdade (intelectual, religiosa, política, econômica); igualdade (perante à lei); direito natural à propriedade; individualismo e democracia como forma de governo.

A Revolução Francesa completou 200 anos, em 1989, e algumas reflexões a respeito desse acontecimento, pela influência que exerceu no resto do mundo e pelo novo rumo que deu à humanidade, são necessárias.

É importante frisar aqui que, embora tendo tomado parte ativa na derrocada do velho regime, o povo foi utilizado pela burguesia como massa de manobra e aliado do poder.

MARX (1987, p. 11-12), em "As Lutas de Classes" afirma a respeito da alta burguesia francesa: "Ela reinava, ela ditava as leis às Câmaras, distribuía os cargos públicos, desde os ministérios até as tabacarias" e, comentando a exclusão das outras classes, no poder "a pequena burguesia em todas as suas nuances e a classe camponesa estavam completamente excluídas do poder político".

Por essas afirmações percebe-se como os detentores do Capital envolveram os camponeses e a pequena burguesia com um discurso eloquente, com promessas de igualdade e fraternidade. Discurso de total incoerência com a situação posterior, pois a alta burguesia, primeiro a financeira e depois a industrial, os deixou de lado e se adonou do poder. Sugou incansavelmente a capacidade produtiva do trabalhador, na busca constante do lucro, deixando um rastro de nações e pessoas miseráveis. Um novo deus passou a ser incensado, o deus Capital, que só

pretendia uma oferenda no altar dos sacrifícios: o trabalhador.

O Capitalismo Comercial e o Financeiro propiciaram a introdução da máquina no processo produtivo e os progressos técnico e científico. O artesão já não podia suprir as necessidades do mercado. Sua produção era por demais escassa e seus instrumentos de trabalho ineficientes; sua força de trabalho, ao contrário, era indispensável.

Sendo assim, o trabalhador viu-se expropriado do seu instrumental e, ao invés de vender o produto do seu trabalho, passou a vender a sua própria força vital.

Além do artesão, expropriado do seu instrumento de trabalho, havia também as pessoas expulsas das terras devido ao cercamento de propriedades que antes eram abertas ao uso da comunidade.

A privatização dessas terras fez com que um grande número de camponeses passasse a perambular em busca de ocupação e se transformasse em um exército de mão-de-obra disponível, pronta para ser aproveitada nas fábricas.

HUBERMAN (1985, p. 174) afirma que os trabalhadores só se sujeitam a trabalhar para outrem quando são expropriados do seu meio de produção, seja ele a terra ou a ferramenta. Sendo assim, "a história da criação de uma oferta necessária à produção capitalista deve... ser a história de como os trabalhadores foram privados dos meios de produção" e, citando MARX, "...a história disso, de sua expropriação é escrita nos anais da humanidade em letras de sangue e fogo".

Através da introdução da máquina no processo produtivo e do incremento da técnica, iniciou-se, na Inglaterra⁶, a Revolução Industrial, que forneceu a base material de nossa época.

A par com a Revolução Industrial, também sucederam a Revolução Agrícola e a dos Transportes. A Revolução da Agricultura diretamente ligada à aplicação do capital no campo, que teria sido impossível no sistema antigo de campos abertos e a Revolução dos Transportes diretamente ligada às outras duas devido à necessidade de escoamento da produção.

Mas não foi só o progresso que chegou com a implantação do Capitalismo; com o novo sistema econômico veio também a exploração do homem pelo homem e das nações mais pobres pelas mais desenvolvidas.

Um novo mundo nasceu sob a batuta da classe burguesa.

"Onde quer que tenha chegado ao poder, a burguesia destruiu todas as relações feudais, patriarcais, idílicas. Dilacerou impiedosamente os variegados laços feudais que ligavam o ser humano a seus superiores naturais, e não deixou

5 - "O dinheiro só se torna capital quando é usado para adquirir mercadorias ou trabalho com a finalidade de vendê-los novamente, com lucro". (HUBERMAN, 1985, p. 167)

6 - ENGELS em nota de rodapé à edição inglesa do Manifesto Comunista, afirma que o Manifesto toma a França como país típico do desenvolvimento político e a Inglaterra como país típico do desenvolvimento econômico da burguesia. (MARX & ENGELS, 1988)

subsistir entre homem e homem outro vínculo que não o interesse nu e cru, o insensível pagamento em dinheiro". (MARX & ENGELS, 1988, p. 68)

Desde a sua implantação até o presente momento, o Capitalismo passou por transformações que demonstram sua preocupação em mudar para permanecer.

À medida em que a insatisfação social foi crescendo e pressionando o capital com a ameaça da diminuição dos lucros, o sistema foi se transmutando e procurando se adaptar à nova realidade emergente, foi se fortalecendo.

Um sistema econômico que nasceu sob a égide das livres iniciativa e concorrência e amparado por um Estado não intervencionista, é hoje caracterizado por elementos não presentes quando de sua implantação.

A explicação para esta mudança de atitude do capitalismo talvez esteja nas inúmeras lutas desencadeadas pelos trabalhadores em prol da conquista do seu espaço na sociedade.

Lutas estas que convulsionaram a Europa do final do século passado e início do século atual, influenciadas pelo socialismo utópico (anarquismo) e pelo socialismo do partido comunista.

A sociedade brasileira sentiu os reflexos dessa crise mundial, haja vista as greves operárias que ocorreram em várias cidades brasileiras (principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro) durante os primeiros trinta anos deste século, influenciadas e lideradas pelos anarquistas.

O capitalismo percebeu que era autofágico: estava criando no seu ventre o monstro que iria devorá-lo. A classe operária tão necessária para alimentá-lo, era constituída de uma população que crescia dia a dia, tanto numericamente quanto em conscientização, que se organizava e que havia demonstrado capacidade para assumir o controle de uma nação – Rússia –. Era necessário mudar os meios, preservando, evidentemente, o fim: o lucro.

Para explicar a estrutura da sociedade civil, buscando compreender os motivos que levam os homens a proceder de determinada maneira, Marx e Engels utilizaram a metáfora do edifício base (infra-estrutura) e superestrutura. A infra-estrutura refere-se às relações econômicas que condicionam a superestrutura: organização política, movimentos sociais, educação, cultura, religião; assim como a ideologia de uma classe.

Esta formulação poderia gerar o entendimento mecanicista da relação entre infra e superestrutura e Marx teve plena consciência desta possibilidade, tanto que fez um alerta contra o reducionismo econômico a que poderia levar uma interpretação inadequada. "É por isto que ele caracterizou essa relação como histórica, desigual e compatível com a eficácia própria da superestrutura" (DICIONÁRIO DO PENSAMENTO MARXISTA, 1988, p. 27), o que nos leva a inferir que há uma relação dialética entre o econômico e o político. São forças que se inter-

penetram, se influenciam mutuamente e possibilitam mudanças recíprocas.

A compreensão da estrutura do capitalismo, na época atual, passa por esta via. A pressão do operariado mudou a visão de mundo dos capitalistas levando à ideologia neoliberal; esta, por sua vez interferiu no econômico mudando as relações que ocorriam na base.

Embora a relação de exploração permaneça, ela é amenizada pelas conquistas sociais que possibilitam ao trabalhador melhores condições de trabalho e pretendem encobrir o conflito de classes.

COVRE (1982), entende a ideologia neocapitalista, como formada por um conjunto de doutrinas que ajudam a compor a nova ideologia burguesa ou o pós-liberalismo. Estas doutrinas procuram explicar as transformações que deram origem à sociedade capitalista, a partir de um ponto de vista não marxista, obscurecendo a luta de classes e apresentando uma concepção idealista do Estado, da intervenção pública e do planejamento.

A autora aponta como características da ideologia neocapitalista: a ascensão do Estado intervencionista, a influência da burocracia e o desenvolvimento da tecnologia com conseqüente valorização da figura do técnico.

Esta terceira fase do Capitalismo, a Monopolista (as duas anteriores foram a Mercantilista, onde o monopólio era do Estado e a Liberal Clássica, baseada nas livres iniciativa e concorrência, como já foi frisado), se constitui no avanço do capitalismo internacional.

São características do monopolismo:

- 1º) concentração do capital nas mãos de um menor número de proprietários: constituição de cartéis;
- 2º) separação entre propriedade e controle;
- 3º) desenvolvimento das ciências possibilitando a introdução da tecnologia no espaço fabril, com conseqüente aumento da produtividade e do lucro;
- 4º) criação de um quadro técnico altamente capacitado para o gerenciamento das empresas (burocratas e tecnocratas);
- 5º) racionalização das ações para obter maior eficiência;
- 6º) imperialismo econômico para a colocação da superprodução;
- 7º) fortalecimento do Estado, já que este precisa atuar em todos os setores e tomar atitudes socializantes a fim de se preservar;
- 8º) necessidade de uma máquina burocrática estatal para gerenciar os recursos. Recursos estes que são cada vez mais escassos;
- 9º) tecnologia gerando necessidade de especialização; e
- 10º) estado intervencionista, parceiro do capital internacional e do capital nacional, dando sustentação e legitimação ao monopolismo.

As idéias defendidas pelos teóricos do neocapitalismo levaram ao entendimento da neutralidade da ciência, da técnica e do planejamento.

Sobre este pressuposto de neutralidade, erigiu-se um altar ao Capitalismo. Não se percebeu, ou não se quis perceber, que toda ciência, técnica ou planejamento corresponde a uma visão de mundo – ideologia – e que, por isto mesmo, está comprometida com a classe que tem o poder nas mãos.

GORZ (1979, p. 81), afirma que até princípios de 1960, os marxistas também cometiam este erro de avaliação, pois "consideravam as forças produtivas – em particular as ciências e a técnica – como ideologicamente neutras e seu desenvolvimento como intrinsecamente positivo".

3 – O CAPITALISMO NO BRASIL

O Brasil foi descoberto em um momento histórico no qual o capital comercial se expandia avidamente buscando, com ansiedade, obter lucros cada vez maiores. Era a burguesia que procurava se consolidar como classe detentora do poder econômico e, para conseguir seu intento, lançava mão de todos os meios.

Esse furor em busca do lucro não media sacrifícios, não tinha limites, não hesitava em dilapidar, vilipendiar, explorar às últimas consequências as novas terras descobertas.

A história do Brasil é uma história onde essa exploração está presente em todas as suas configurações: metrópole/colônia; colonizador/colonizado; proprietário/escravo; patrão/assalariado.

Interessa-nos, nesse capítulo, procurar entender os determinantes políticos e econômicos que nortearam a implantação do capitalismo no Brasil.

Bastante rica nos pareceu a análise feita por MELLO (1988) a respeito do desenvolvimento econômico brasileiro. Buscou o autor, nesta análise, duas perspectivas: a interna e a externa. Condições históricas particulares, peculiares do país em questão e condições macro-estruturais que são fatores de influência, mas não suficientes para condicionar de maneira absoluta o direcionamento evolutivo de uma dada economia.

O autor procura explicar a implantação de um capitalismo tardio, partindo da proposta de uma periodização onde o momento anterior contém os germes do próximo; onde elementos antagônicos se interpenetram, se interinfluenciam e produzem um novo sistema, fruto de um aparente, mas só aparente antagonismo. Antagonismo mais de forma que de essência.

Esta periodização: Economia Colonial, Economia Mercantil – escravista cafeeira colonial –, e Economia Exportadora (retardarária nas suas 3 fases: nascimento e consolidação da grande indústria, industrialização restringida e industrialização pesada) permite que se repense a história latino-americana sob um outro ângulo: "como formação e desenvolvimento do modo de produção capitalista". (MELLO, 1988, p. 27)

Sob um ponto de vista ortodoxo, ficaria difícil caracterizar a Economia Colonial Escravista como capitalista, já que nela não está presente a categoria salário

como fato explicativo da exploração do trabalho pelo capital. Contudo, foi buscando as peculiaridades da formação econômico-social brasileira que o autor afirma: "no sistema colonial de produção há, formalmente, capitalismo porque a escravidão é escravidão introduzida pelo capital..." (MELLO, 1988, p. 44)

Este capitalismo, podemos afirmar, típico do Brasil e atrasado em relação ao estágio em que se encontrava o capitalismo europeu e norte-americano tinha sua razão de ser: os acordos econômicos entre Portugal e Inglaterra impediram que aquele desenvolvesse uma burguesia industrial.

Enquanto, no séc. XVIII, a Inglaterra passava por uma revolução que daria novos rumos à sua economia, Brasil e Portugal, metrópole e colônia, igualmente espezinhados permaneciam atrasados em relação ao que ocorria com o capitalismo dos países mais adiantados.

Se nossa economia permanecia agrária e escravista, era porque, de certa maneira, satisfazia aos interesses do capital mercantilista que sustentava esta estrutura.

Quando, em 1889, foi proclamada a República, um ano apenas após a abolição da escravatura, foram dois sistemas que passaram por transformações.

O econômico, que já estava preparado para absorver a mudança e introduzir o trabalho assalariado, e o político que instaurou a República, um sistema de governo baseado na representatividade popular, mas onde o povo parece ter sido pego de surpresa, como afirma BASBAUM (1981).

Para que a República fosse proclamada, foi necessária a união de duas vertentes: uma liberal, defendendo o federalismo e o individualismo e outra positivista que defendia o centralismo e era a que influenciava o exército.

O período de consolidação da República foi difícil, conturbado, repleto de embates entre estas duas correntes de pensamento, mas o corte que nos interessa aqui é aquele que aponta para o início efetivo da industrialização no país e para a formação de um empresariado nacional. Foi de 1888 a 1933 que nasceu e se consolidou o capital industrial. (Apenas para uma visão do macro, cumpre enfatizar que entre 1880-1900 foi o momento de emergência do capital monopolista, em termos mundiais).

Portanto, quando começamos a engatinhar no sentido de implantar o capitalismo industrial, este mesmo capitalismo, na Europa e Estados Unidos, formava cartéis e lançava seus tentáculos sobre outras regiões do mundo se transmutando em monopolista.

Como já foi referido, MELLO analisou o desenvolvimento econômico brasileiro partindo do pressuposto que o período anterior continha os germes do posterior. Assim, afirma ele:

"o complexo exportador cafeeiro, ao acumular, gerou o capital-dinheiro que se transformou em capital industrial e criou as condições necessárias a essa transformação: uma oferta abundante no mercado de trabalho e bens de consumo e capitais..." (MELLO, 1988, p. 101)

Deduz-se desta afirmação que burguesia agrária e industrial estiveram essencialmente ligadas, já que foram os lucros agrícolas aplicados na indústria que possibilitaram o desenvolvimento industrial brasileiro.

Foi de 1880 a 1933 que o capital industrial nasceu e se consolidou, investindo basicamente na produção de bens de consumo assalariado e em indústrias leves de bens de produção.

Para a implantação desta indústria (e para a exploração da terra devido à abolição da escravatura), foi necessário que um enorme contingente imigratório adentrasse as fronteiras brasileiras. Com estes imigrantes, oriundos de países onde o processo industrial já se achava adiantado, adentraram também novas idéias, novas maneiras de se enxergar o mundo, novas reivindicações que permearam a Primeira República (1889-1930) de movimentos sociais nitidamente influenciados pelas idéias anarquistas.

Foi por influência dos anarquistas que os trabalhadores fabris (na sua grande maioria estrangeiros) se organizaram e pressionaram os patrões no sentido de obter ganhos salariais e melhoria das condições de trabalho.

Continuando com a periodização de MELLO, a fase seguinte que vai de 1933 a 1955 é a da Industrialização Restringida. Nesta fase o setor industrial corta as amarras do cafeeiro. O autor explica a denominação utilizada da seguinte maneira:

Industrialização – porque o vetor da acumulação agora é a indústria.

Restringida – porque as bases técnicas e financeiras desta acumulação são insuficientes para a implantação rápida de um núcleo de bens de produção que possibilitaria a produção crescer mais do que a demanda e determinar o processo de desenvolvimento industrial.

Neste momento o que o capital industrial exige do Estado é:

- 1º) protecionismo contra as importações;
- 2º) arrefecimento do ímpeto trabalhista, impedindo sindicatos independentes;
- 3º) investimento em infra-estrutura que assegurasse economia às indústrias.

Como se percebe, é a solicitação para que o Estado assuma o papel de aliado e protetor da indústria. E este papel foi sendo assumido cada vez com mais intensidade.

Já nos reportamos anteriormente ao fato que, para a proclamação da República, foi necessária a composição de liberais e positivistas.

Quando da sua instalação, foi a corrente liberal que influenciou a formação do novo governo e, com ela, o princípio do não-intervencionismo estatal na economia.

À medida que a República foi se consolidando, houve uma inversão: cada vez mais eram os princípios positivistas que influenciavam as ações governamentais.

Durante a maior parte do período de Industrialização Restringida é Getúlio Vargas quem está no poder (1930-1945/reeleito em 1950 permanece até 1954), um herdeiro de Júlio de Castilhos, que se incumbiu de transplantar o castilhismo do Rio Grande do Sul para o Rio de Janeiro (PAIM, 1967). Adepto do ideário positivista que pregava um governo forte e centralizado, Vargas cooptou os líderes trabalhistas imprimindo ao movimento operário a característica de peleguismo⁷.

COVRE (1988), analisando o desenvolvimento econômico brasileiro, neste mesmo período, afirma que, apesar do capitalismo em termos mundiais já estar na fase monopolista, houve a proposição nacionalista de desenvolvimento, o que era preciso para o grande capital emergente acelerar o industrialismo.

Este processo de internacionalização do capital, baseado em um discurso nacionalista, necessário para evitar confrontos internos, continuou durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) que, sob a bandeira do desenvolvimento, abriu as portas do país ao capital internacional.

É durante o governo de Juscelino Kubitschek (J.K.), que MELLO situa a 3ª fase da Economia Exportadora Capitalista: a fase da Industrialização Pesada (1956-1961). São suas características:

- 1º) mudança radical do sistema produtivo, com avanços tecnológicos;
- 2º) capacidade produtiva além da demanda gerando um novo padrão de acumulação.

O autor (MELLO, 1988, p. 117), denomina esta fase de pesada “porque este tipo de desenvolvimento implicou um crescimento acumulado da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens duráveis de consumo antes de qualquer expansão previsível de seus mercados”.

MELLO e COVRE se posicionam coincidentemente quanto à entrada do capital estrangeiro: consideravam-no vital nesta fase, assim como a presença do Estado na expansão industrial. Sem a presença dele seria quase impossível as empresas arcarem com os custos de implantação e modernização.

MELLO aponta o período 1962-1967 como o período de depressão, enquanto que o primeiro foi de expansão da fase de industrialização pesada. Aponta como causa da depressão a queda das taxas de crescimento, já que não foi possível sustentar a mesma taxa de acumulação verificada entre 1956 e 1961. Considera 1961 como o final do processo de industrialização, já que doravante a auto-determinação do capital está assegurada.

Consideramos importante fazer uma referência político-econômica ao período pós-64 dado o seu significado para o momento atual.

Ainda uma vez retornamos às influências liberal e positivista: foi a segunda que predominou no meio mi-

7 - O SINDICALISMO PELEGO, ou de Resultados, procura obter vantagens para o trabalhador, no interior da sociedade capitalista, sem questioná-la. Os Sindicatos Amarelos foram os precursores deste tipo de Sindicalismo. (ANTUNES, 1988)

litar. O castilhismo influenciou o político, assim como o positivismo o meio militar⁸.

Sendo assim, durante o período da ditadura militar o ideário comtiano pode ser novamente colocado em prática, já que de 1930 a 1945 um civil o utilizara. (J.K. representou um sopro de liberdade entre dois períodos ditatoriais!)

Em termos econômicos, 1964 veio consolidar um propósito de longa data. O capital monopolista que adentrara o país sob as bençãos do Estado e do empresariado nacional foi, enfim, entronizado.

Em "A Fala dos Homens", COVRE (1988) evidencia como o discurso dos intelectuais orgânicos da revolução (golpe) encontrou argumentos para todas as atitudes que foram tomadas em relação à entrada do Brasil na etapa monopolista do capital.

Nele aparecem: a defesa do Estado intervencionista como a maneira correta de direcionar o desenvolvimento, através de um planejamento racional eficiente; e do endividamento externo como necessário para o progresso e bem-estar da nação; a proposta de uma distribuição mais justa da renda nacional a partir, naturalmente, do momento em que a acumulação o permita; e a denúncia de ideologias estranhas, subversivas, que só servem para prejudicar o Brasil e os brasileiros.

Quais as consequências do capital monopolista enfim implantado em nossa pátria? Resolveu ele os males que nos afligiam? Como está hoje o Brasil?

Não se pode negar que, impelido pelas necessidades do capital, o Brasil teve um desenvolvimento espantoso em duas décadas, principalmente nos setores de transportes, telecomunicações e energético.

Já não se pode dizer o mesmo no que tange à saúde e educação.

O que se deve perguntar é: a que preço?

Pelos dados estatísticos, o preço pago é muito alto. Vejamos o que afirma HELIO JAGUARIBE (1986, p. 18):

59% das pessoas mais pobres percebem apenas 13% da renda total do país; 46,2% dessa renda ficam com 10% da população mais rica, sendo que 5% desses 10% percebem 33%.

O índice de mortalidade infantil é um dos mais altos do mundo: a cada 3 minutos morre uma criança.

O índice de analfabetismo é de 47% no nordeste e 18% na região sul-sudeste.

Segundo o Secretário do Ensino Básico do Ministério da Educação, José Raimundo de Carvalho, a situação é bastante grave (ele apresenta dados ainda mais assustadores que JAGUARIBE): "somos 50 milhões de analfabetos no país, o que nos dá 42% da população residente com mais de cinco anos. Estamos em estado pior que o Congo (37%) e em pé de igualdade com Zimbábue (45%)". (apud PRADO, 1988, Cad.A, p. 8)

Este é o retrato de um país, considerado como possuidor da 8ª economia do mundo, onde cerca de

61,2% da população vive em estado de pobreza ou miséria.

4 - DA COLÔNIA A PRIMEIRA REPÚBLICA: BALANÇO DAS IDÉIAS PEDAGÓGICAS

Nos momentos anteriores procuramos demonstrar a necessidade de se compreender a educação como um elemento interagindo com os outros que compõem o sistema social, evitando-se o reducionismo de considerá-la capaz de superar-se a si mesma, desligada do todo que a explica, justifica, cerceia, mas no interior do qual ela procura os caminhos de sua superação.

Essa análise crítica, é uma análise que necessita captar as condições históricas nas quais as idéias pedagógicas se originaram e, pelo que já foi exposto, ficou evidenciado que essas idéias repousam na base material que lhes dá sustentação. No entanto, como o próprio MARX (MARX & ENGELS, 1986) adverte, na sua III tese sobre Feuerbach: se os homens são frutos das circunstâncias, através das suas idéias, são capazes de alterá-las.

Quando o Brasil foi descoberto, a ordem feudal estava em derrocada e o capitalismo em plena articulação. Portugal se enquadrava perfeitamente no capitalismo comercial como ponta de lança das grandes navegações e descobertas.

Internamente, no entanto, na nação portuguesa, se digladiavam a velha e a nova ordem. E a velha ordem, representada pelas idéias reacionárias, conseguiu impor sua visão de mundo através da contra-reforma, onde se revitalizaram valores que estavam sendo superados.

Essa imposição, ou melhor dizendo, esse ganho de causa das idéias da velha ordem, fez com que o capitalismo se implantasse de uma maneira muito mais lenta em Portugal do que nos outros países europeus, seus vizinhos (a relação dialética para a qual MARX chama a atenção). Para isso contribuiu, também o fato de o Estado português ter se caracterizado como forte e centralizador e de em Portugal, não se ter desenvolvido a burguesia industrial - reflexo dos acordos econômicos com a Inglaterra - fator imprescindível para o desenvolvimento do capitalismo. (FAORO, 1978, v. 1)

Esses atributos do Estado português se transplantaram para a colônia brasileira através de um dos principais instrumentos da contra-reforma: a Companhia de Jesus, organizada em 1540, que utilizava para a "consecução de seus propósitos a pregação, a confissão e o ensino". (MONROE 1985, p. 183)

PAIVA (1985, p. 19), analisando o início da ação pastoral jesuítica em terras brasileiras (1549-1600) afirma que "a mensagem religiosa atendeu os objetivos da colonização" e chama a atenção para o fato que, na época, não havia separação entre Igreja e Estado. A visão de mundo de ambos era um só: *orbis christianus*, fundado

8 - É interessante verificar a influência comtista nas Escolas Militares e a postura dos positivistas quanto ao voto, por exemplo. Isto permite compreender as atitudes dos militares quando no poder. (PAIM, 1967)

"na crença de que o mundo é Deus, cujo representante na terra é a Igreja Católica. Este Deus, por ser verdadeiro, exigia que todos o reconhecessem e lhe prestassem culto. A verdade absoluta eis o princípio e o fim do *orbis christianus*". (PAIVA, 1985, p. 22)

Aportuguesar, primeiro os Índios, depois os filhos dos colonos, afigurava-se, para os jesuítas, uma tarefa adequada à sua visão de mundo.

Não havia conflitos entre o Estado português e a ação dos jesuítas; este conflito só foi ocorrer no séc. XVIII, quando o Marquês de Pombal pretendeu introduzir, em Portugal, as idéias liberais.

Até então os jesuítas desenvolveram um ensino "completamente alheio à realidade da vida da Colônia. Desinteressado, destinado a dar cultural geral básica, sem a preocupação de qualificar para o trabalho, uniforme e neutro, (...) não podia, por isso mesmo, contribuir para mudanças estruturais...". (ROMANELLI, 1983 p. 34)

Nem se pretendia isto. A finalidade do ensino, na época, na sua vertente humanista tradicional religiosa⁹, era a de educar segundo modelos pré-estabelecidos: modelos que traziam embutidos em sua natureza, a resignação, a pobreza, a castidade, a submissão às imposições do destino, a lealdade, a fé inquebrantável em Deus. Ou seja, os modelos eram os Santos, os Mártires da Igreja, que haviam vivido uma vida terrena com os olhos voltados para o reino dos céus, lá onde todos serão iguais e os humildes terão, afinal, a sua recompensa.

Em síntese, o que podemos inferir é que esse tipo de educação gerava conformismo, não possibilitando a busca da verdade que se encontrava nos fenômenos.

Tanto a vertente religiosa, como a leiga, do Humanismo Tradicional, estavam centradas na idéia de que o homem possui uma essência e que a finalidade da educação era a de possibilitar que essa essência pudesse se manifestar plenamente.

Para a vertente religiosa, a essência do homem devia estar em conformidade com a de Deus, através da sua manifestação humana - Cristo - ou, então, os santos, homens que haviam superado as fraquezas humanas e se aproximado da natureza divina. A educação, portanto, devia preparar o homem para a eternidade.

A vertente leiga estava centrada na idéia de natureza humana mais de acordo com os valores da Reforma e da burguesia. Sendo assim, seus modelos eram aqueles homens cuja vida merecia admiração e respeito.

Para ambas as vertentes, o professor era um mediador entre o aluno e os modelos; e o ensino se centralizava em sua pessoa porque era ele quem dominava o conhecimento capaz de levar o aluno a atingir esse ideal educativo.

Essa concepção de mundo que não procurava mudar a realidade existente fez com que o ensino fosse organizado de maneira a possibilitar a manutenção do estado sócio-econômico.

Não houve preocupação com as escolas elementares; os filhos dos ricos possuíam preceptores particulares, na maioria das vezes contratados no exterior; havia escolas médias para os homens da classe dominante e educação superior religiosa. Quem quisesse se profissionalizar, necessitava ir para a Europa. França e Portugal foram os países para os quais se dirigiu a população estudantil da época.

Foi depois de 1759, com a expulsão dos jesuítas, e após um lapso de 13 anos que desmantelou completamente a estrutura administrativa do ensino, que os leigos adentraram o espaço escolar e o Estado assumiu os encargos educativos.

Lembremo-nos, no entanto, que a influência dos jesuítas continuou através desses novos mestres. Pois não haviam sido eles educados nos colégios mantidos pela Ordem?

Os reflexos da situação política portuguesa se fizeram sentir com muita ênfase em terras brasileiras. As Reformas Pombalinas, influenciadas pelas idéias liberais, atingiram também o pensamento da intelectualidade brasileira, formada que era nas universidades portuguesa e francesa. As idéias liberais penetraram no Brasil, principalmente, através de duas correntes: o Eclétismo e o Positivismo.

Argumenta PAIM (1967) que o Eclétismo identificou-se profundamente com o espírito nacional em processo de estruturação e consistia num amálgama dos elementos positivos das várias doutrinas que influenciavam a intelectualidade. Pretendia a conciliação dos elementos que compunham a sociedade brasileira com os anseios de modernização.

A corrente Eclética predominou, entre 1830 e 1870, período repleto de crises econômicas e políticas, quando surgem as pressões no sentido de abolir a escravidão e tomam força as idéias republicanas.

O Manifesto Republicano, datado de 1870, é o mais vivo exemplo de que o Império estava estertorando.

Apesar de política e economicamente o Brasil estar passando por mudanças, estas aconteceram somente na superfície. O poder mudou de mãos, mas não de classe; portanto, a educação - que sofre o reflexo da ideologia dominante - continuou e permaneceu, até 1930, sob a influência das mesmas idéias pedagógicas: o humanismo tradicional, nas suas vertentes leiga e religiosa.

A maneira como fizemos o relato pode dar a impressão que no universo educacional não havia questionamentos ou contestações; que a população se subordinava aos ditames do poder hegemônico sem apresentar alternativas que demonstrassem haver outros caminhos que não os oficiais.

Procuramos nos reportar aos anos iniciais da República e obter uma panorâmica do que sucedia nos planos econômico e político a fim de fazer uma ligação com o educacional.

9 - Estamos utilizando a classificação de Demerval Saviani expressa no texto Tendências e correntes da educação brasileira (in MENDES (coord.), 1987, p. 19-47). Esta classificação compreende: concepção humanista tradicional, concepção humanista moderna, concepção analítica e concepção dialética.

No plano econômico, como já foi referido, iniciou-se o processo de industrialização.

Compreendamos, no entanto, essa indústria nascente como essencialmente articulada ao setor agrário: grande número de industriais eram advindos do campo – aplicavam na indústria um capital excedente que, se aplicado no campo, traria riscos ou então não proporcionaria uma margem de lucro satisfatória.

Não havia ruptura entre os dois capitais – o agrário e o industrial – ambos se articulavam com o intuito de resguardar interesses comuns. Esse pacto de coexistência se refletia no plano político na medida em que os industriais apoiavam os candidatos do setor agrário, não invadindo o espaço político e estes, quando eleitos, aprovavam leis protecionistas às indústrias.

Mas o tecido social do início do século já não era aquele do século anterior: com a necessidade de suprir a falta de mão-de-obra, ocasionada pela abolição da escravidão, incrementou-se uma política imigratória destinada a cumprir o papel até então desempenhado pelo elemento escravo. Coloriu-se de matizes o tecido social até então composto de poucas cores. O imigrante não trouxe somente sua força de trabalho, junto com ela vieram também as idéias que vicejavam no continente europeu. Um continente que, no século XIX, presenciou a revolução industrial, a emergência do socialismo derivado das idéias de MARX e ENGELS, o desenvolvimento do sindicalismo, a presença do pensamento anarquista, contestando o poder instituído e pregando a ação direta como forma de luta.

Muitos dos imigrantes que aqui adentraram haviam participado ativamente do movimento operário europeu e, evidentemente, não poderiam jamais, em identificando a situação semi-escravagista de trabalho, permanecer insensíveis, calados, inoperantes.

Processaram-se, nesse período, intensas lutas que colocaram no plano político a questão social – uma questão que precisava ser resolvida para não continuar tumultuando o panorama.

FAORO (1987, p. 609) se reporta ao cuidado das elites em admitir as reivindicações sociais e dar-lhes um rumo e cita Rui Barbosa "(Os Imigrantes) ... Trouxe-

ram ao Brasil, criaram no Brasil a questão social. Ela urge conosco por medidas, que com seriedade atendam aos seus mais imperiosos reclamos”.

Nota-se que do espanto inicial ocasionado pela surpresa ao se perceber a indocilidade do imigrante, passou-se para um processo de assimilação e acomodação através de leis que, se por um lado penalizavam o imigrante¹⁰, por outro procuravam regularizar as condições de trabalho estabelecendo normas protetoras à mulher e à criança que participavam intensamente do trabalho fabril¹¹.

Os industriais participaram ativamente nesta busca de atenuação do conflito procurando inculcar no operariado valores que faziam parte do imaginário burguês e buscando controlar o seu modo de vida: lazer, moradia, relações familiares, o papel da mulher e da criança, enfim todos os elementos do universo operário eram abarcados e se procurava moldá-los segundo a concepção burguesa.

Tudo precisava ser feito no início do século XX: as condições de saneamento eram péssimas; a febre amarela grassava afugentando turistas e colocando empecilhos para a imigração; tanto a rede, como os meios de transporte eram precaríssimos; a dependência do mercado externo era total; o analfabetismo chegava ao alarmante e aviltante índice de 80% (NAGLE, 1974 e PAIVA, 1973) e somado a tudo isso a necessidade de superar divergências internas¹² para implantar um novo regime que, ao ser proclamado, já se tornou ditatorial.

Uma das maneiras de fortalecer a República, uma forma de governo que pressupõe a participação do povo, era a de possibilitar essa participação. Como? Através do voto. De que maneira fazer isto se a própria Constituição de 1891 negava aos analfabetos este direito?¹³ Através das campanhas maciças de alfabetização. Criam-se, então, as Ligas Nacionais que vão perdendo ímpeto ao perceberem que o povo votante nem sempre vota segundo os interesses de quem o alfabetiza, como analisa NAGLE (1974.)

A escola do início do século é uma escola mal estruturada, mal gerenciada, parca em recursos humanos e financeiros e sem coerência em nível nacional (não havia um sistema nacional que desse organicidade ao ensino).

10 - "... em janeiro de 1907, o poder executivo do governo federal sancionou as duas resoluções decretadas pelo Congresso Nacional e relativas à organização trabalhista. O Decreto 1637 exigia que os sindicatos depositassem em dia seus estatutos, em cartório acompanhados de uma lista de nomes dos membros da diretoria, só podendo fazer parte da mesma brasileiros natos ou cidadãos naturalizados e residentes no país há mais de cinco anos... O Decreto 1641 (a "Lei Adolfo Gordo") regularizava a expulsão, de parte ou de todo o território nacional, dos estrangeiros que comprometessem a segurança nacional ou a tranquilidade pública..." (DULLES, 1977, p. 28-29)

11 - Essas leis apareceram em 1919 e 1923: o Código Sanitário de 1919 trazia medidas para proteger a mulher e a criança – proibia o trabalho para menores de 14 anos e o trabalho noturno para as mulheres. O Regulamento Nacional da Saúde Pública, de 1923, facilitava a licença maternidade por 30 dias e fazia a proposta de lugares adequados para amamentação, nos locais de trabalho. (RAGO, 1985)

12 - Essas divergências internas foram causadas pela união que se fez necessária a fim de se proclamar a República. Havia diversas tendências representadas no grupo responsável pela proclamação: a Escola de Guerra, por Benjamin Constant; a Armada, por Vandenkolk; a campanha republicana, por Quintino e Aristides Lobo; a ala paulista, por Campos Sales; os rio-grandenses, pelo positivismo militante de Demétrio Ribeiro. "A composição completa-se com Rui Barbosa defendendo o federalismo democrático e o chefe do Governo Provisório, Marechal Deodoro receoso de novidades". (REIS FILHO, 1981, p. 12)

13 - Este direito já se achava cerceado desde 19 de novembro de 1889, através do Decreto nº 6. (Ibidem, p. 13)

O sistema dual de ensino, herança do Império, permaneceu na Constituição de 1891: enquanto à União coube a responsabilidade pelos ensinos superior e secundário, aos Estados delegou-se a responsabilidade pelos ensinos primário e profissional.

Esse fato gerou uma situação caótica e um desnível bastante acentuado entre os sistemas escolares dos diversos Estados, desníveis esses ocasionados pela diversidade econômica dos mesmos¹⁴.

No período da I República a população brasileira era eminentemente rural (somente após a década de 30 é que o processo de urbanização passaria a se acentuar) e a classe média, que principiava a emergir, era composta de intelectuais letrados, padres, militares, pequenos empresários e imigrantes que se ocupavam de profissões típicas da classe média.

Pelo fato da maioria da população residir na zona rural e não sentir a educação como necessária, o governo pode ir atendendo a demanda pela escola: as vagas conseguiam suprir a procura.

Outro fato a ser levado em consideração é que a educação literária e livresca, que havia sido característica da Colônia e Império, permaneceu porque satisfazia aos interesses da classe dominante e porque estava de acordo com os anseios da população que tinha acesso à escola e via nela uma maneira de ascender socialmente. Para essa população, cultivar os valores que faziam parte do universo burguês era o mesmo que adquirir "status" social.

Para haver mudanças substanciais no panorama educacional, era necessário que a sociedade civil se organizasse para poder pressionar. Isto só irá acontecer no período posterior à República quando o processo crescente de urbanização exigirá que se dêem novos rumos ao sistema educacional a fim de fazer frente a uma demanda cada vez maior.

Os embates políticos que aconteciam durante a I República e que expressavam a disputa entre federalistas (liberais) e centralistas (positivistas) foi adquirindo contornos mais claros conforme se aproximava a década de 30, que iniciou com a ascensão de um líder político de formação positivista: Getúlio Vargas.

Vargas assumiu a presidência em 1930 e nela se manteve ininterruptamente durante 15 anos. Foi alçado presidente na esteira de uma revolução e manteve-se no poder através de um discurso onde o apelo populista encobria o caráter repressivo e castrador do Estado. Como afirma NAGLE (1974, p. 5) "... o Estado liberal brasileiro foi gradativamente se transformando no Estado repressivo, de tendência nitidamente policial".

A disputa entre federalismo e centralismo, que acontecia no nível político, se refletiu no setor educacional ocasionando, como já foi referido, a divisão de responsabilidade entre a União e o Estado, em relação ao ensino.

O positivismo, por seu lado, fez com que se acen-

tuassem a necessidade da instrução estendida às mulheres, a crença de que a educação constituía um dos pilares da afirmação nacional, a laicidade do ensino, a gratuidade da escola primária e a necessidade de se fundamentar a formação do educando na ciência, contestando a formação humanística clássica. (RIBEIRO, 1982)

Os dois últimos aspectos: laicidade e gratuidade do ensino e fundamentação do mesmo em bases científicas fizeram parte da reforma de Benjamin Constant, em 1890. Essa reforma foi bastante criticada por terem os currículos apenas acrescentado matérias científicas às tradicionais, tornando o ensino enciclopédico. Além disso, nem chegou a ser posta em prática dada a falta de apoio das elites. (ROMANELLI, 1983)

Outras reformas aconteceram, mas não chegaram a obter êxito. Se limitaram a mexer na superfície sem penetrar a fundo na questão que originava os problemas, ou seja, a inadequação entre uma idéia pedagógica fundamentada em modelos educativos que não correspondia às necessidades e era voltada aos interesses das camadas médias e da elite, à uma sociedade que iniciava o processo de industrialização e adquiria uma configuração que destoava dos períodos anteriores. Um novo modelo econômico principiava a ser implantado, a nação brasileira estava com os olhos voltados para o futuro (sempre a nação do futuro!), mas as idéias pedagógicas permaneciam estagnadas, cristalizadas, apegadas ao passado: uma grande incoerência para um país que pretendia acertar o passo com o ritmo da dança econômica mundial.

Mas a sociedade brasileira não era constituída somente pela elite e pela classe média, havia uma classe operária em formação que se organizava em sindicatos, uniões, federações e lutava por seus direitos.

Esse operariado influenciado pelas idéias socialistas – libertárias ou anarquistas; e comunistas –, cujo predomínio variou conforme o século avançava, promovia reuniões, publicava jornais e fundava escolas que tinham "um tipo de organização, que ao contrário das escolas públicas pode ser considerada de acordo com os interesses do grupo e a partir deles...". (WACHOWICZ, 1984, p. 10)

As idéias pedagógicas defendidas pelo pensamento para-oficial – em contraposição ao oficial que imperava nas escolas públicas – encaravam a educação como fator de transformação, mas sem delegar a ela poderes miraculosos, sem desvinculá-la dos outros elementos aos quais está essencialmente ligada e compreendendo-a como determinada historicamente. Divergindo, portanto, do pensamento liberal, pois para este a educação era percebida e exercida como fator de manutenção do estado sócio-econômico e desvinculada das conjunções históricas.

Para os socialistas, havia uma estreita vinculação

14 - ROMANELLI (1983, p. 41), assim se refere ao analisar este fato "Era uma forma de oficialização da distância que se mostrava, na prática, entre a educação da classe dominante (escolas secundárias acadêmicas e escolas superiores) e a educação do povo (escola primária e escola profissional). Refletia essa situação uma dualidade que era o próprio retrato da organização social brasileira".

entre educação e política: a primeira como via de acesso para a segunda.

Os anarquistas, ou libertários, não empunhavam a bandeira da defesa do ensino público gratuito. Por serem frontalmente contrários a qualquer forma de poder instituído, não julgavam que coubesse ao Estado a tarefa de educar as massas. Cedo perceberam que as mensagens do ensino oficial tinham cunho ideológico e analisaram o professor como transmissor dessa ideologia.

Em termos de realização prática, fundaram, durante a I República, Centros de Estudos Sociais, Escolas e Universidades Populares de curta duração.

Os Centros de Estudos Sociais eram locais de educação informal onde se difundia o ideário anarquista. Quanto às Escolas, ao invés de partirem para uma proposta autóctone, importaram as idéias primeiro de Robin – Educação Integral – depois de Ferrer – Ensino Racionalista.

“A idéia central contida na proposta de Educação Integral, ... era a da máxima importância à atividade e ao trabalho, pois o trabalho era encarado como o fundamental princípio educativo”. (GHIRALDELLI JR., 1987, p. 113)

Mais do que as idéias de Robin, foram as experiências de Ferrer, contemporâneo dos libertários brasileiros, que empolgaram o ideário pedagógico dos libertários nacionais e influenciaram a abertura de escolas nos moldes das que existiam na Espanha.

Essas escolas, mantidas pelos trabalhadores e denominadas Modernas propunham uma pedagogia voltada para os interesses operários. Pedagogia esta fundada na razão, na ciência e na experimentação e unindo o intelectual ao manual.

Contrariando os interesses das classes dominantes e enfrentando cerrada oposição de setores da Igreja e do Estado, essas escolas tiveram enorme dificuldade para se manter e acabaram sendo fechadas na esteira de uma verdadeira caça aos anarquistas, muitos dos quais estavam sendo deportados sob a acusação de conspirarem contra o governo.

Depois do êxito da Revolução Russa, em 1917, e da expulsão de vários líderes anarquistas, os comunistas que, em 1922, fundaram o Partido Comunista Brasileiro, tiraram do primeiro plano do movimento operário, as idéias libertárias.

Partidários da luta parlamentar (ao contrário dos anarquistas) incluíram na plataforma partidária um plano nacional de política educacional.

Esse plano incluía o ensino público obrigatório e gratuito, bandeira deixada de lado pelos libertários e empunhada pelos comunistas; o ensino profissional, entendido como continuação natural e necessária da escola primária e não como destinado aos desfavorecidos, como pretendia o governo; e o resgate da função e do trabalho do professor, entendendo o magistério como profissão e não sacerdócio.

“Enquanto os libertários advogaram uma educação racionalista, cientificista e experimentalista, os comunistas pautaram-se pela educação político-partidária... o saber universal era pré-requisito para a militância revolucionária”. (GHIRALDELLI JR., 1987, p. 152)

A luta parlamentar dos comunistas processava-se através dos BOC, Bloco Operário e Camponês, que os acobertava¹⁵. Através do BOC difundiam-se as idéias sobre a educação político-partidária; o plano pedagógico era discutido através de documentos internos do Partido, em âmbito bem mais restrito e as idéias estavam de acordo com as das experiências educacionais que aconteciam na Rússia.

5 – CONCLUSÃO

O presente trabalho desenvolveu-se no sentido de articular economia e política para, através destes elementos, compreender a educação de forma contextualizada.

Pelo exposto, evidenciou-se que a herança cultural do ideário pedagógico jesuíta foi um fator que representou grande amarra no sentido de prender o pensamento pedagógico brasileiro à uma concepção essencialista de homem. O humanismo tradicional, nas suas vertentes religiosa e leiga, foi predominante até o final dos anos 20 e se assim permaneceu é porque correspondia aos interesses da classe que dominava o país política e economicamente, desde os tempos da Colônia.

No entanto, transpareceu também, com muita clareza, que, embora essa concepção pedagógica predominasse, o espaço educacional para-oficial era preenchido por outras idéias pedagógicas. Aquelas mesmas idéias que influenciavam o Movimento Operário europeu e se configuravam de acordo com a concepção dialética de educação, na medida em que entendiam que esta deveria partir dos interesses do grupo para o qual se destinava e a compreendiam como histórica e socialmente determinada.

Os socialistas – anarquistas e comunistas – viam na educação um instrumento de participação política, de questionamentos e não de adequação ao estabelecido, como pretendia o liberalismo.

Uma questão se coloca: por que essas idéias pedagógicas, apesar de mais avançadas, foram deixadas de lado?

A resposta não se encontra no interior do pedagógico; ela deve ser buscada no político. Na procura da recomposição hegemônica de uma classe que via o seu projeto de sociedade ameaçado por forças que se afiguravam cada vez mais articuladas.

Relembremos o cenário brasileiro dos anos 20. Era um cenário bastante conturbado: a política dos governadores estava sendo colocada em xeque; as fraudes eleitorais abusivas causavam revolta; o constante revezamento da política do café com leite (ora São Paulo, ora

15 - O Partido Comunista foi declarado ilegal no dia 11 de agosto de 1927, durante o governo de Washington Luiz.

Minas Gerais) na chefia do governo estava desagradando os outros Estados que desejavam ter uma participação política mais expressiva; o operariado agitava as grandes cidades com greves; a classe média estava insatisfeita querendo mudanças políticas e econômicas que a favorecessem e clamava por mais escolas, continuando a enxergar na educação um instrumento de mobilidade social; militares se revoltavam e, além disto tudo, na longínqua Rússia, uma revolução operária havia sido vitoriosa.

Um novo mundo se prenunciava. Como lidar com todos esses fatores? Como permanecer se tudo clamava por mudança?

No plano político articulou-se uma Revolução (a de 1930) que saiu vitoriosa e colocou no poder um futuro ditador, dono de um discurso populista e que acabou esvaziando o Movimento Operário, através do trabalhismo, que cooptou as lideranças.

No plano econômico, fortaleceu-se ainda mais o Capitalismo Industrial. Dado que a Europa havia enfrentado uma guerra de 1914 a 1918, houve um favorecimento da indústria brasileira que se beneficiou com a interrupção da concorrência externa e com a abertura de alguns mercados de exportação. Nessa época, se consolidaram os grandes grupos empresariais e a burguesia industrial se fortaleceu, principiando a ocupar o espaço político até então exclusividade da oligarquia cafeeira.

No plano educacional, as idéias da Escola Nova, importadas da Europa e dos Estados Unidos e ligadas a uma interpretação psicológica do fenômeno educativo e não histórico-social como as do Movimento Operário, adentraram com todo ímpeto. A partir dos anos 20, essas idéias passaram a ser longamente debatidas e tomaram a forma de proposta no "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova", em 1932.

O Manifesto apresentou propostas de redirecionamento do ensino, fundamentadas na concepção humanista moderna, cuja visão de homem está centrada na idéia de que a natureza humana é determinada pela existência e não pela essência, como pretendia a concepção humanista tradicional.

As idéias da Escola Nova representaram um avanço em termos do que se realizava na educação oficial, mas, por outro lado, tiveram o mesmo efeito que o trabalhismo na área do Movimento Operário: impediram que a concepção dialética pudesse se firmar.

O educacional veio ao encontro do político-econômico,

permitindo que o sistema pudesse se recompor das vicissitudes a que havia sido submetido nos primeiros trinta anos do século e implantar definitivamente seu projeto de sociedade.

Não houve confronto entre as idéias do Movimento Operário e o trabalhismo; assim como não houve entre as idéias pedagógicas do operariado e o escolanovismo.

A cooptação foi suave: deu-se a impressão, por parte do Estado, de que as reivindicações estavam sendo atendidas. E isso foi possível porque tanto o trabalhismo, como o escolanovismo, encamparam muitos dos elementos que estavam presentes no ideário do operariado; só que lhes deram um outro direcionamento: aquele que interessava à classe hegemônica.

Permaneceram no Movimento da Escola Nova: a luta pelo ensino público, gratuito e obrigatório; a laicidade; a cientificidade dos conteúdos; a reivindicação para que o Estado assumisse o controle da educação a fim de que esta pudesse ser única para todos, extinguindo os privilégios de classe. Por outro lado, o conteúdo político da educação foi esvaziado. Colocou-se em seu lugar o plano psicológico como explicativo de todas as situações.

A denúncia que os libertários já faziam da falta de neutralidade do professor e do comprometimento da escola com a ideologia do estado foi olvidada e, em seu lugar, se impôs uma escola que se pretendia acima dos interesses de classe, como se isto fosse possível.

Entre a concepção humanista tradicional e a concepção dialética de educação, que conviviam lado a lado na I República, infiltrou-se a concepção humanista moderna, pretendendo superá-las e dar uma resposta às reivindicações existentes.

E conseguiu. Conseguiu tão bem que muitos anos foram necessários para que se pudesse começar a enxergar o engodo a que as classes subalternas haviam sido submetidas.

Trocou-se a quantidade pela pretensa qualidade; o lógico pelo psicológico; o conteúdo pela forma e conseguiu-se esvaziar as reivindicações, pela via da desqualificação da escola, do professor, do conteúdo, do aluno, enfim de todos os elementos que compõem o universo educacional formal.

A Escola Nova significou o fortalecimento de uma educação oficial ligada às elites e a recusa do Estado em se comprometer com o projeto social e político das classes subalternas, que perfaziam (em) a maioria da população.

VALENTE, S.M.P. From colony period in Brazil to the first republic: a review of the pedagogical ideas. *Semina: Ci. Soc./Hum.*, Londrina, v. 13, n. 3; p. 195-207, Sept. 1992.

ABSTRACT: *The analysis of the pedagogical ideas, since the Colony Period till the end of the First Republic, shows that politics and economy gathered to straighten the educational system. Also, shows that although these influences many came up ideas heading to release the system of the political tyranny. The research showed that there were two different educational projects in First Republic: the official influenced by the jesuit's conception and the other presented by the socialists – anarchists and comunists – wich aimed to answer the demand of the historical moment, when the work relations undergame by a deepchange. Both were overcome by a third project, the New School Project, which came up in the pedagogical world with conceptions imported from Europe and United States and made possible to the burguess wich were then threatned.*

KEY-WORDS: *Education; Pedagogical ideas; Colony Period; First Republic; Anarchists; Comunists.*
Semina, Ci. Soc./Hum., v. 13, n. 3, p. 195-207, set. 1992

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, R.C. *O que é sindicalismo*: 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BASBAUN, L. *História sincera da república*. 4. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1981, v. 2.
- COVRE, M. de L.M. *A formação e a ideologia do administrador de empresa*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.
- . *A fala dos homens: análise do pensamento tecnocrático*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- DICIONÁRIO DO PENSAMENTO MARXISTA. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- DULLES, J.W.F. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- FAORO, R. *Os donos do poder*. 7. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987, v. 1 e 2.
- GHIRALDELLI JR., P. *Educação e movimento operário*. São Paulo: Cortez, 1987.
- GORZ, A. *Ecologia y libertad: técnica, técnicos y lucha de clases*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1979.
- HUBERMAN, L. *História da riqueza do homem*. 20. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- JAGUARIBE, H. et al. *Brasil 2000*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. Livro 1, v. 1.
- MARX, K. & ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 5. ed. São Paulo: Hucftec, 1986.
- MARX, D. & ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- MELLO, J.M.C. de. *O capitalismo tardio*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- MONROE, P. *História da educação*. 17. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1985.
- NAGLE, J. *Educação e sociedade na primeira república*. São Paulo: Edusp, 1974.
- PAIM, A. *História das idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Grãalbo/Edusp, 1967.
- PAIVA, J.M. de. *Colonização e catequese*. São Paulo: Cortez, 1985.
- PAIVA, V. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola, 1973.
- PRADO, M.C.A. *Analfabetismo: o Brasil está pior que o Congo*. Jornal Gazeta de Pinheiros, 16 out. 1988, cad. A, p. 8.
- RAGO, E.M. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- REIS FILHO, C. dos. *A educação e a ilusão liberal*. São Paulo: Cortez, 1981.
- RIBEIRO, M.L.S. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1982.
- ROMANELLI, O. DE O. *História da educação no Brasil (1930/1973)*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- SAVIANI, D. *Tendências e correntes da educação brasileira*. In: MENDES, D.T. *Filosofia da educação brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987. p. 19-47.
- THOMPSON, C.P. *Tradición, revuelta e consciéncia de clase (Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial)*. Grijalbo: Editora Crítica, 1979.
- WACHOWICZ, L.A. *Relação professor – Estado no Paraná Tradicional*. Curitiba: Cortez, 1984.

Recebido para publicação em 23/08/91